

Título: Intimação do réu revel citado por edital para o cumprimento de sentença: análise da necessidade da medida

Autor(es) Marianne Rios de Souza Martins; Simone Lourenço Stela Montenegro

E-mail para contato: mriosmartins@terra.com.br

IES: FESVV

Palavra(s) Chave(s): Intimação pessoal, Réu revel, Citação ficta, Cumprimento de sentença, Desnecessidade

RESUMO

O presente estudo investiga a necessidade e a eficácia da intimação do réu revel, citado por edital, para o cumprimento de sentença, e secundariamente analisar se é devida, neste caso, a aplicação da multa do 475-J, correspondente a 10% sobre o valor da condenação, visando responder a seguinte indagação: tendo por base a Lei 11.232/05 e a decisão no REsp 1.189.608 proferida pelo Superior Tribunal de Justiça – a intimação pessoal do devedor revel citado por edital, é realmente necessária para dar prosseguimento à fase de cumprimento de sentença? Para que tal objetivo seja alcançado, foi utilizada uma metodologia exploratória e o raciocínio dedutivo, com base no estudo da doutrina, da legislação brasileira e ainda de um levantamento jurisprudencial, expondo os critérios utilizados para a aplicação da referida teoria. O tema abordado é de extrema importância, visto que a lei não prevê de forma expressa como o credor deve agir para o prosseguimento do cumprimento de sentença nos casos em que o devedor revel se encontrar em local incerto e não sabido. Sobre o tema, há divergência entre os Tribunais, impondo insegurança jurídica decorrente do tratamento diferenciado dado a situações bem parecidas. A discussão ultrapassa o campo teórico e acadêmico e traz importantes desdobramentos para a prática processual, impactando o dia a dia dos profissionais do direito que lidam com a matéria. Buscar o entendimento mais justo e o procedimento mais célere é o que se pretende ao fim deste trabalho, demonstrando, ainda, que criar entraves para o credor obter o que lhe seja devido vai de encontro às mudanças advindas da Lei 11.232/2005, que visam à economia e à celeridade na fase de execução. Por fim, o presente trabalho pretende demonstrar que a intimação pessoal do devedor revel, citado por edital, apresenta-se desnecessária e que só se presta a prolongar o processo e fomentar a inadimplência, incentivando a prática da revelia, vez que a omissão e ocultação do devedor seriam totalmente benéficas para este que permanecerá com seu patrimônio ileso. Por fim, após os estudos realizados sobre o assunto, cabe salientar que o início imediato do cumprimento de sentença independente de intimação pessoal do devedor, nos casos em que é réu revel citado por edital, é uma medida necessária e que não traz prejuízos ao devedor, pois ao verificar que seu patrimônio está sendo bloqueado, será grande a chance do Requerido comparecer aos autos para tomar ciência da execução. E quanto antes o devedor tiver conhecimento de que seu patrimônio está sendo bloqueado e vulnerável à penhora, quanto antes poderá providenciar o pagamento, diminuindo assim a incidência de atualização monetária, juros de mora e multa, evitando que o valor do débito aumente cada vez mais. Por outro lado, desta forma, o credor terá uma maior possibilidade de recuperar seu crédito, haja vista que não necessitará localizar o devedor para após realizar os atos executivos, a fim de buscar patrimônio do devedor. O prosseguimento do cumprimento de sentença, com a realização dos atos executivos via BACENJUD, RENAJUD E INFOJUD, poderá inclusive facilitar a busca de informações quanto a localização do devedor, desde que estejam devidamente atualizados.